



CONTRATO Nº 010/2021
QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE
CANARANA-MT E INTERIOR CONSTRUÇÕES
EIRELI-ME, COMO ABAIXO SE DECLARA.

PROCESSO Nº 007/2021
CONVITE Nº 001/2021
VIGÊNCIA: 31/08/2021

Pelo presente instrumento contratual, **O MUNICÍPIO DE CANARANA, ESTADO DE MATO GROSSO**, pessoa jurídica de direito público municipal, com sede administrativa à Rua Miraguai nº 228, Centro, Canarana - MT, devidamente inscrita no CNPJ nº. 15.023.922/0001-91, neste ato representado, na forma de sua Lei Orgânica, pelo Prefeito Municipal o Sr. **FABIO MARCOS PEREIRA DE FARIA**, brasileiro, casado, administrador, Carteira de Identidade nº 3671142 SSP/GO e CPF nº 888.448.461-87, residente e domiciliado à Rua Guarita nº 296, Bairro Centro, Canarana-MT, que doravante denominado, simplesmente de **CONTRATANTE**, e a empresa **INTERIOR CONSTRUTORA EIRELI**, inscrita no CNPJ nº 28.201.527/0001-01 com sede à Rua R-2 s/n – Quadra 13 – Lote 12-A, Setor Residencial Arantes – Taquaral de Goiás - Goiás, representada neste ato por Claudio Fonseca de Brito, brasileiro, solteiro, portador do RG nº 4.759.755/SSP-GO e do CPF nº 011.726.431-80, doravante denominada de **CONTRATADA**, resolvem celebrar o presente contrato nos termos do Edital de **Convite nº. 001/2021**, nos termos do Art. 23, Inciso I, alínea "a" da Lei Federal 8.666/93, atualizada pelo Decreto Federal 9.412/2018 de 18/06/2018, mediante as Cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO E FORMA DE EXECUÇÃO

1.1 – O presente contrato tem por objeto a contratação de empresa para elaboração de projetos técnicos de engenharia completos, incluindo projetos, orçamentos completos (planilha orçamentária, cronograma físico financeiro, composição de BDI, memória de calculo) memoriais descritivos, levantamentos, estudos hidrológicos de obras de artes especiais – OAE – PONTES, para a construção de pontes no Município de Canarana-MT conforme termo de referencia – anexo I do Convite nº 001/2021, conforme proposta de preços apresentada pelo CONTRATADO e conforme abaixo:

Item	Quant.	Unid.	Especificação detalhada do objeto	R\$ Unit.	R\$ total
1	26	UNID	elaboração de projetos técnicos de engenharia completos, incluindo projetos, orçamentos completos (planilha orçamentária, cronograma físico financeiro, composição de BDI, memória de calculo) memoriais descritivos, levantamentos, estudos hidrológicos de obras de artes especiais – OAE – PONTES, para a construção de pontes no Município de Canarana-MT	R\$ 12.330,02	R\$ 320.580,52

1.2 - O prazo para a confecção e entrega dos projetos será de até 120 (cento e vinte) dias, após a emissão da ordem de fornecimento, onde deverão estar incluídos nos preços as despesas de frete, carga, descarga, deslocamento, impostos, embalagens, etc.

1.2.1 – Poderão ser entregues projetos parciais e de acordo com a execução da cada 01 (um).

1.3 – A empresa a ser contratada deverá prestar os serviços conforme abaixo:

1.3.1 - NORMAS E ORIENTAÇÕES:

1.3.1.1 - Os trabalhos relacionados neste TERMO DE REFERÊNCIA deverão ser elaborados de acordo com as Normas da ABNT, instruções complementares, base técnica do DNIT, bem como fornecidas pela SINFRA – Secretaria do Estado de Intra-Estrutura e pela PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA- MT, além de normas estabelecidas pelos órgãos financiadores.

1.3.2 - DEFINIÇÕES:

1.3.2.1 - CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Canarana - MT;

1.3.2.2 - CONTRATADA: Empresa responsável pela elaboração dos projetos objeto deste contrato.

1.3.2.3 - A CONTRATADA deverá analisar e consolidar todos os elementos existentes disponíveis, bem como programar a complementação de novos dados que possam influir ou ter alguma relação com os serviços solicitados no escopo.

1.3.2.4 - Qualquer serviço a ser feito por intermédio de firmas subcontratadas dependerá de anuência antecipada da PREFEITURA MUNICIPAL DE Canarana– MT, por escrito.



ESTADO DE MATO GROSSO

Prefeitura Municipal de Canarana

Rua Miraguai, 228 – Fone Fax (66) 3478-1200 - CEP 78640-000
Canarana – Mato Grosso - CNPJ 15.023.922/0001-91

1.3.2.5 - A CONTRATADA deverá manter um técnico de nível superior acompanhando a etapa de levantamento de dados de modo que possa, a qualquer momento, prestar esclarecimentos concernentes ao assunto, à PREFEITURA MUNICIPAL.

1.3.3 - CONCEPÇÃO:

1.3.3.1 - ESCOPO DOS SERVIÇOS:

1.3.3.1.1 - Os Projetos de Pontes serão dimensionadas e projetadas para atender a demanda do município e região, para o município, com vistas ao atendimento da legislação, deverá ser projetada para atender a NBR 7188-2013 onde atenderá as cargas e carregamentos que serão impostas para as obras de artes especiais – OAE – Pontes.

1.3.3.1.2 - Os projetos devem propor soluções integradas para os sistemas a serem financiados, que contemplem etapa útil para serem aprovados. A etapa útil é aquela capaz de entrar em funcionamento imediatamente após a conclusão dos serviços e atender aos objetivos sociais, de bem estar e de salubridade ambiental, para que o sistema funcione como um todo, de forma técnica e ambientalmente adequada.

1.3.4 - ATIVIDADES:

1.3.4.1 - O Projeto engloba diversas atividades, devendo abordar obrigatoriamente o seguinte escopo de serviços:

- Coleta, análise e apresentação de dados a serem utilizados na elaboração dos Projetos;
- Levantamento de mapas e cadastros existentes, necessários ao desenvolvimento dos Projetos;
- Plantas do Levantamento planialtimétrico em escala 1:2.000 e outras escalas necessárias;
- Coleta de Informações através de Descritivos Técnicos e Projetos existentes;
- Adoção dos critérios e parâmetros de projetos, observando-se as normas brasileiras aplicáveis (ABNT, SINFRA-MT, DNIT);
- Elaboração de pré-dimensionamento, observando o custo x benefício e demonstrando a Tecnologia Aplicada a fim de atender ao aspecto econômico, social e ambiental, no período de 20(vinte) anos;
- Elaboração de Orçamento Completo, Cronograma Físico-Financeiro, Memória de Cálculo, Memorial Descrito, Composições de BDI;
- Elaboração de Relatório Fotográfico.

1.3.5 - PROJETO TECNICO:

1.2.5.1 - O projeto tecnico deve contemplar os seguintes aspectos:

1.3.5.2 - Concepção do Sistema:

1.3.5.2.1 - Considerar os critérios e parâmetros de projetos, observando-se as normas brasileiras aplicáveis (ABNT, SINFRA-MT, DNIT);

1.3.5.2.2 - Os projetos deverão ser apresentado com os seguintes tópicos, como itens mínimos:

a) Resumo do Projeto:

- Objetivo do projeto;
- Relação das obras que compõem o projeto, indicando as principais características.

b) Memoriais:

- Índice de documentos
- Memorial descritivo e justificativa técnica;
- Memorial de cálculo de todas as unidades que compõem o sistema, por especialidades de cálculo;
- Memorial descritivo e de cálculo dos métodos construtivos;
- Planilhas e quantitativos;
- Memorial de cálculo dos quantitativos de obras e serviços observados a sequência de itemização da planilha;
- Especificações técnicas.

c) Desenhos:

- Planta(s) de localização com coordenadas;
- Planta geral;
- Projeto Construtivo;
- Projeto de fundações e estruturas;
- Planta(s) de localização;
- Planta de Cortes;
- Detalhamentos estrutural;

d) Reavaliação de estudos existentes:

- Os projetos existentes devem ser reavaliados com o objetivo de se consolidarem e, se for o caso, deverão ser revistos para se adaptarem às soluções propostas, devendo ser revisto, bem como atualizadas as informações utilizadas anteriormente.

e) Projeto de estruturas e fundações:

- A execução destes projetos deve ter como referência os projetos de estrutura e dados técnicos de sondagem. As especificações dimensionais devem acompanhar o memorial de cálculo estrutural.
- O método construtivo a ser adotado deverá estar em acordo com as normas brasileiras em vigência.



ESTADO DE MATO GROSSO

Prefeitura Municipal de Canarana

Rua Miraguá, 228 – Fone Fax (66) 3478-1200 - CEP 78640-000
Canarana – Mato Grosso - CNPJ 15.023.922/0001-91

→ As peças gráficas a serem apresentadas devem contemplar fundações, blocos, lajes, vigas, pilares, e outros componentes específicos considerando os elementos de INFRAESTRUTURA, MESOESTRUTURA E SUPERESTRUTURA. Estes desenhos devem contemplar uma visão geral do projeto, apresentando todas as plantas e cortes necessários para o seu entendimento, apoios, ressaltos, cotas de interesse e outros detalhes relevantes.

→ Devem ser apresentados os desenhos das formas e das estruturas, em planta, cortes e detalhes relevantes para a sua montagem.

→ O projeto das formas deve garantir as condições de concretagem, visando à obtenção de uma estrutura durável, resistente e indeformável.

→ Devem ser apresentados desenhos referentes à armação, indicando a ferragem necessária, tanto em planta quanto em cortes.

g) Especificações Técnicas:

→ Devem ser apresentadas as especificações técnicas para a execução da obra, bem como para a aquisição de materiais e equipamentos de acordo com as normas brasileiras pertinentes.

h) Planilha de quantidades:

→ Deve conter item a item a relação dos diversos quantitativos dos serviços que, no seu conjunto, compõem a totalidade da obra e/ou serviço, com descrição onde constem as especificações sucintas, permitindo assim, a imediata caracterização do item.

i) Regulação de preços:

→ Deverá ser apresentada a regulamentação de preços e critérios de medição de todos os preços que se fizerem necessários à execução da obra e/ou serviço, aquisição de equipamentos e materiais.

→ Planilhas e quantitativos sendo que os custos unitários deverão ainda ser tomados conforme consulta ao SINAPI - Sistema Nacional de Preços e Índices para a Construção Civil, disponível no site da Caixa Econômica Federal (www.caixa.gov.br). Deverá ser adotada a última planilha vigente, com base no Estado de Mato Grosso, coincidente com a data da apresentação dos projetos.

1.3.6 - CAPACITAÇÃO TÉCNICA PARA A REALIZAÇÃO DOS TRABALHOS:

1.3.6.1 - A empresa deverá apresentar como responsáveis técnicos pelo Projeto Técnico, Engenheiros devidamente habilitados junto ao CREA e capacitados (modalidade civil e/ou sanitária para elaboração dos projetos).

1.3.7 - APRESENTAÇÃO:

1.3.7.1 - Os relatórios definitivos deverão ser entregues em 1 (uma) via, além de dois CDs originais contendo todos os arquivos relativos ao projeto em padrão PDF e a ART referente a cada projeto. **1.3.7.2** - Enfim, os documentos e conteúdos dos projetos básicos e executivos, deverão ser apresentados conforme descrito neste Termo de Referência, e apresentados em meio magnético, contendo textos, planilhas, desenhos e demais componentes do projeto em meio digital, gerados por software compatível com os utilizados normalmente no mercado

1.3.7 - ORGANIZAÇÃO DOS TRABALHOS:

1.3.7.1 - O trabalho será desenvolvido após assinatura do competente contrato e emissão da Ordem de Serviço. A CONTRATANTE designará um de seus engenheiros para gerenciar técnica e administrativamente o contrato.

1.3.7.2 - Caberá à CONTRATADA designar um representante, com autoridade decisória, para programar, coordenar e acompanhar o desenvolvimento de todos os serviços objeto deste contrato. Este representante será o elemento de ligação entre a CONTRATADA e a CONTRATANTE.

1.3.7.3 - A CONTRATADA deverá assumir toda a responsabilidade pelos serviços prestados, dando por eles total garantia e a execução dos serviços deverá ser orientada por profissional habilitado, utilizando-se equipamentos adequados e obedecendo-se aos critérios de segurança, ambientais e técnicos recomendados.

1.3.7.4 - A empresa CONTRATADA, não poderá transferir a outrem, no todo ou em parte, a responsabilidade pela prestação dos serviços ora contratados, salvo se expressamente autorizada a subcontratação de parcela do objeto pela fiscalização dos projetos elaborados.

1.3.7.5 - A CONTRATADA deverá apresentar a Anotação de Responsabilidade Técnica – ART ou Registro de Responsabilidade Técnica – RRT dos serviços em até 5 dias após a assinatura do contrato, registrada no CREA e/ou CAU da região onde os serviços forem prestados, sob pena de paralisação dos trabalhos e incorrer nas penalidades dela decorrentes.

1.3.7.6 - O profissional designado pela empresa para ser o Coordenador do Projeto em questão deverá ser o preposto da empresa executora e responsável pelo contato entre a empresa e a fiscalização dos projetos.

1.3.7.7 - Os estudos e projetos deverão ser realizados por equipe multidisciplinar habilitada a qual será responsável tecnicamente pelos resultados apresentados.

1.3.8 - CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO:

1.3.8.1 - Apresentar o cronograma físico-financeiro do empreendimento, com previsão das etapas úteis de execução do empreendimento.

1.4 – Os projetos a serem realizados serão para as seguintes pontes de madeira:



ESTADO DE MATO GROSSO

Prefeitura Municipal de Canarana

Rua Miraguai, 228 – Fone Fax (66) 3478-1200 - CEP 78640-000
Canarana – Mato Grosso - CNPJ 15.023.922/0001-91

ROD.	PERCURSO	QUANT.	PONTE	COMPR (M)	LARG (M)	GEO
			COR TANGURO	24	8,8	13°30'23" 52°10' 44"
MT 020	DA MT - 326 KM 08/ ENTR. BR 158	5	COR TANGURINHO	12	8,8	13°25'32" 52°09'13"
			CORREGO PIABANHA	9	8,8	13°19'56" 52°06'22"
			PONTE SUIAZINHO I	15	8,8	13°15'50" 52°02'50"
			PONTE SUJA II	9	8,8	13°15'48" 52°02'39"
MT 109	CANARANA/ QUERÊNCIA	1	MT 109 – FAZ. BOA ESPERANÇA- CÓRREGO DO CERVO	10	8,8	13°25'33" 52°16'45"
MT 110	CANARANA/ QUERÊNCIA	1	DIVISA QUERENCIA - CORRENTÃO DA AMAGGI	20	8,8	12°42'53" 52°32'15"
RM - 002	BR-158, KM-491/RM - 003 VIA FAZ. STA. BARBARA - FABIANO DAL'ASTA	1	CORREGO SUIAZINHO	9	5	13°27'22" 52°00'32"
RM - 006	CANARANA/RM - 001 - VIA 3ª AGROVILA, FAZENDA ÁGUA LIMPA - FAZENDA LARANJAL	1	- CORREGO AGUA LIMPA I	15	5	13°39'21" 52°16'16"
RM - 008	MT - 414 - GARAPÚ/RM- 11 FAZ. RECREIO REGIÃO DO QUEIXADA	2	CORREGO QUEIXADA	12	5	13°12'31" 52°46'06"
			- CORREGO AGUA PARADA II - ENT. FAZ. BOA ESPERANÇA	9	5	13°20'16" 52°44'45"
RM - 013	MT - 020 - KM-43,93/RM - 08	1	CORREGO CANASTRA /	10	5	13°28'29" 52°38'30"
RM - 016	RM - 01/DIV. ÁGUA BOA - VIA SIGNORINI	1	CORREGO GALHEIRO – PROX. FAZENDA CAZÃO	10	5	13°42'53" 52°08'14"
RM- 018	MT - 326 - KM - 15 /BR- 158 - SERRA DOURADA	1	CORREGO AGUA LIMPA - PROX. A FAZENDA RAI DO SOL	12	5	13°37'05" 52°06'54"
RM - 019	MT - 326 - ÁREA INDUSTRIAL/RM-01 –SER - DOURADA	2	CORREGO ODILON	9	5	13°35'22" 52°12'41"
			CORREGO AGUA LIMPA III	9	5	13°37'48" 52°11'58"
RM - 022	MT - 020, KM -48,23 /RM- 020 - VIA FAZ. PIRACANJUBA - FAZ. TRÊS LAGOAS	1	CORREGO CANASTRA – PROX. FAZ. SANTA FÉ	10	5	13°37'34" 52°35'15"
	RM - 08 - ENTRADA FAZ.		CORREGO PARADO	13	5	13°19'10" 52°42'25"
RM - 029	ESTELA/ENTRONC. RM - 41 - FAZ. AGUIAR.	2	CÓRREGO QUEIXADA	10	5	13°12'22" 52°46'02"
RM -034	MILAGROSA/RM - 011 - ENTR. FAZ. CAROLINA	1	- COREGO SETE DE SETEMBRO - FAZENDA ARIPUANÃ	9	5	13°05'07" 52°43'40"
RM -037	RM - 29 - FAZ. ESTELA/FAZ. ANHANGUERA	1	- CORREGO AGUA PARADA - PROX. FAZ. JANDAIA	9	5	13°17'39" 52°41'04"
RM -040	MT - 020 - KM 25,99 - TANGURO/MT - 109	1	CORREGO TANGURINHO/40 KM – PROX. PORTÃO VERMELHO	12,5	5	13°15'25" 20°11'10"
RM -055	RM - 03 - FAZ. PUNTEL/RM - 03 VIA ROBAERT	1	PONTE PROX FAZENDA ROBAERT	9	5	13°32'22" 52°11'27"
RM -057	MT-020 KM-12,31/MT-020 - POSTINHO - VIA FAZENDA EGON JUNG	1	PONTE CACHOEIRA DO DIETER/40 KM	10	5	13°24'00" 52°11'27"
RM -061	BR - 158/MUN. RIBEIRÃO CASALHEIRA - VIA FAZENDA BAFO DE BODE	1	RIO TURVO	15	5	13°15'54" 51°54'58"
RM -062	BR - 158/MUNICÍPIO RIBEIRÃO CASALHEIRA - VIA FAZENDA PEDRA PRETA	1	'RIO TURVO	10	5	13°19'24" 51°54'08"
	TOTAL DE PONTES	26				



CLÁUSULA SEGUNDA – DO REGIME DE EXECUÇÃO

2.1 - O regime de execução é o de empreitada por preço global, nos termos do artigo 6º, inciso VIII, alínea "a" da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

3.1 – Para a execução total Dos serviços fica contratado o preço global de **R\$ 320.580,52 (Trezentos e vinte mil quinhentos e oitenta reais e cinquenta e dois centavos)**, proposto pela CONTRATADA.

3.2 – O contrato durante toda sua vigência e execução deverá observar o equilíbrio financeiro nos parâmetros da proposta, conjugado na composição de preços dos valores básicos de cada item.

3.3 – Os pagamentos serão efetuados de acordo com o Cronograma Físico e Financeiro, depois da realização das medições que serão elaboradas conforme a execução da obra, tomando-se como final do período, o último dia de cada mês, ou de cada quinzena, ou ainda de acordo com a sistemática exigida pelo órgão repassador dos recursos, no caso de convênio.

3.3.1 – **Decorridos 05 (cinco) dias uteis da assinatura da ordem de serviços, a empresa CONTRATADA deverá apresentar a devida anotação de responsabilidade técnica devidamente quitada.**

3.3.2 – As medições da obra executada serão procedidas por engenheiro civil designado como fiscal pela CONTRATANTE.

3.4 – A medição final, bem como os Termos de Recebimento Provisório e Definitivo da Obra será elaborada por Comissão de Vistoria ou por servidor designado pela Administração Municipal para tal finalidade quando concluída toda a obra.

3.5 – Se por motivo não imputável à CONTRATADA, o pagamento da medição de cada parcela não ocorrer dentro dos trinta dias de sua realização, incidirá sobre o valor da mesma, atualização monetária diária de 0,1%, a partir do trigésimo dia do adimplemento até o dia do efetivo pagamento, limitada a 10%.

3.6 – O Cronograma de Desembolso máximo por período será executado de acordo com a disponibilidade dos recursos financeiros.

3.7 – Só haverá compensações financeiras e penalizações por eventuais atrasos e descontos por eventuais antecipações de pagamentos se houver acordo entre as partes.

3.8 – Os preços do contrato não poderão ser reajustados, porém, será observada estritamente a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do mesmo.

3.9 – A CONTRATANTE, independente das quantias previstas neste instrumento poderá sustar o pagamento de qualquer fatura no todo ou em parte, nos seguintes casos;

- a) execução defeituosa da obra;
- b) existência de qualquer débito exigível pela CONTRATANTE.

3.10 - **O pagamento só se efetivará depois de confirmada a situação de regularidade fiscal para com a Fazenda Federal através da Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e CNDT – Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, através da Certidão Negativa de débitos.**

3.11 – DAS RETENÇÕES NO ATO DO PAGAMENTO:

3.11.1 - **Caso a CONTRATADA seja optante do Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (SIMPLES), deverá apresentar, juntamente com a nota fiscal, a devida comprovação de sua faixa de recolhimento, a fim de evitar a retenção, na fonte, dos tributos e contribuições, conforme legislação em vigor.**

3.11.2 - **A empresa que não foi optante pelo simples nacional terá a retenção de 5% do valor da mão de obra referente ao ISSQN – Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza e 1,5% referente ao IRRF – Imposto de Renda Retido na Fonte.**

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA DO CONTRATO

4.1 – A CONTRATADA observará o prazo de **120 (cento e cinquenta) dias**, contados da data do recebimento da "ORDEM DE SERVIÇOS" **para a execução dos serviços.**

4.2 – Só se admitirá a prorrogação de prazos quando houver impedimentos que paralise ou restrinjam o normal andamento da obra decorrentes de fatos alheios à responsabilidade da CONTRATADA, atestados e reconhecidos pela CONTRATANTE.

4.3 – Na ocorrência de tais fatos, os pedidos de prorrogação referentes aos prazos parciais serão encaminhados por escrito um dia após o evento enquanto os pedidos de prorrogação do prazo final deverão ser encaminhados por escrito dez dias antes de findar o prazo original, em ambos os casos com justificativa circunstanciada.

4.4 – **O Contrato terá sua vigência até o dia 31/08/2021, podendo ser prorrogada tanto a vigência quanto o prazo de execução das obras, nos termos do Art. 57 da lei Federal 8.666/93 e alterações posteriores.**



ESTADO DE MATO GROSSO

Prefeitura Municipal de Canarana

Rua Miraguai, 228 – Fone Fax (66) 3478-1200 - CEP 78640-000
Canarana – Mato Grosso - CNPJ 15.023.922/0001-91

CLÁUSULA QUINTA – DO CRÉDITO PELO QUAL CORRERÁ A DESPESA

5.1 – As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta da Dotação Orçamentária:

ÓRGÃO: Secretaria de Obras, Estradas e Rodagens

UNIDADE: 01

FUNCIONAL: 04.122.0003.2058

DOTAÇÃO: 29 – 3.3.90.39 – outros serviços de terceiros pessoa jurídica

FONTE DE RECURSO: 0000

CLÁUSULA SEXTA - DA GARANTIA PARA A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

6.1 – Não será exigida garantia para a execução dos serviços.

CLÁUSULA SÉTIMA – DOS DIREITOS E RESPONSABILIDADES DAS PARTES

7.1 – São direitos e responsabilidades da CONTRATADA:

- a)** manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as demais obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação indicada no preâmbulo deste termo;
- b)** responsabilizarem-se integralmente pelos serviços porventura executados com vícios ou defeitos, em virtude de ação ou omissão, negligência, imperícia, imprudência ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, inclusive aqueles que acarretem infiltrações de qualquer espécie ou natureza, que deverão ser demolidos e/ou refeitos, sem ônus para o CONTRATANTE;
- c)** responsabilizar-se pelos serviços de proteção provisórios, necessários à execução do objeto deste contrato, bem como pelas despesas provenientes do uso de equipamentos;
- d)** cumprir fielmente o presente contrato, de modo que, no prazo estabelecido, o serviço seja entregue inteiramente de acordo com o termo de referência;
- e)** observar, na execução dos serviços, as leis, os regulamentos, as posturas, inclusive de segurança pública e as melhores normas técnicas específicas;
- f)** providenciar, às suas expensas, junto às repartições competentes, o necessário licenciamento dos serviços, as aprovações respectivas, inclusive de projetos complementares, bem como de placas exigidas pelos órgãos competentes e pela CONTRATANTE;
- g)** fornecer equipamentos, instalações, ferramentas, materiais e mão de obra necessários à execução dos serviços;
- h)** realizar as despesas com mão de obra, inclusive as decorrentes de obrigações previstas na legislação fiscal, social e trabalhista, apresentando à CONTRATANTE, quando exigida, cópias dos documentos de quitação;
- i)** assumir quaisquer acidentes na execução dos serviços, inclusive quanto às redes de serviços públicos, aos fatos de que resultem na destruição ou danificação;
- j)** se responsabilizar, por todos os ônus, encargos e obrigações comerciais, fiscais, sociais, tributárias, trabalhistas e previdenciárias, ou quaisquer outras previstas na legislação em vigor, bem como por todos os gastos e encargos com material e mão de obra necessária à completa realização dos serviços, até a sua entrega perfeitamente concluído;
- k)** obedecer às normas trabalhistas vigentes, contidas na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), no que concerne à despesa da contratação com vínculo empregatício do pessoal a ser empregado na execução dos serviços, englobando todas e quaisquer despesas decorrentes da execução dos contratos de trabalho em razão de horário, condição ou demais peculiaridades;
- l)** providenciar o registro dos serviços junto ao CREA/CAU/MT e entregar a CONTRATANTE a respectiva ART;
- m)** apresentar no prazo estabelecido neste instrumento as Notas Fiscais de Prestação de Serviços, acompanhadas das respectivas medições devidamente aprovadas pelo Engenheiro responsável da CONTRATANTE, especificando claramente o custo específico com a mão de obra;
- n)** receber dentro do prazo estipulado, os pagamentos correspondentes dos serviços já executados;
- o)** prestar, sem quaisquer ônus para o CONTRATANTE, os serviços necessários à correção e revisão de falhas ou defeitos verificados na execução do objeto, sempre que a ela imputáveis.
- p)** se responsabilizar integralmente pela qualidade dos serviços, que devem guardar conformidade com as especificações do termo de referência e com as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, e demais normas técnicas pertinentes, a serem atestadas pelo CONTRATANTE.
- r)** se responsabilizar durante todo o prazo de execução dos serviços pelo cumprimento das Normas de Segurança e Medicina do Trabalho, conforme disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal e demais legislações aplicáveis, com vistas a prevenir acidentes de quaisquer natureza com as máquinas, equipamentos, aparelhagem e empregados, seus ou de terceiros, na execução dos serviços;



ESTADO DE MATO GROSSO

Prefeitura Municipal de Canarana

Rua Miraguai, 228 – Fone Fax (66) 3478-1200 - CEP 78640-000
Canarana – Mato Grosso - CNPJ 15.023.922/0001-91

7.2 - A CONTRATADA é responsável por danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do contrato, não excluída ou reduzida essa responsabilidade pela presença de fiscalização ou pelo acompanhamento da execução por órgão da Administração.

7.3 - Correrão por exclusiva conta, responsabilidade e risco da CONTRATADA, as consequências que advierem de:

- a) sua negligência, imperícia, imprudência e/ou omissão, inclusive de seus empregados e prepostos;
- b) imperfeição ou insegurança nos serviços;
- c) falta de solidez dos serviços executados, mesmo verificada após o término deste contrato;
- d) violação do direito de propriedade industrial;
- e) furto, perda, roubo, deterioração, ou avaria dos maquinários, equipamentos e materiais utilizados na execução dos serviços;
- f) ato ilícito ou danoso de seus empregados ou de terceiros, em tudo que se referir aos serviços;
- g) infiltrações de qualquer espécie ou natureza;
- h) prejuízos causados à propriedade de terceiros.

7.4 - A CONTRATADA é responsável por encargos trabalhistas, inclusive decorrentes e acordos, dissídios e convenções coletivas, previdenciários, fiscais e comerciais oriundos da execução do contrato, podendo o CONTRATANTE, a qualquer tempo, exigir a comprovação do cumprimento de tais encargos como condição do pagamento dos créditos da CONTRATADA.

7.2 – São direitos e responsabilidades da CONTRATANTE os seguintes:

- a) aplicar as penalidades regulamentares e contratuais no caso de inadimplemento das obrigações da CONTRATADA.
- b) intervir na prestação do serviço, nos casos e condições previstos em lei.
- c) homologar reajustes e proceder à revisão dos valores propostos na forma da lei e do presente contrato.
- d) cumprir e fazer cumprir as disposições regulamentares do serviço e as cláusulas contratuais deste instrumento.
- e) fiscalizar a execução dos serviços por intermédio do seu engenheiro responsável.
- f) cumprir e fazer cumprir os termos da Lei nº. 8.666, de 21/06/93 e do presente instrumento, inclusive no que diz respeito ao equilíbrio econômico e financeiro durante a execução do contrato.
- g) efetuar os pagamentos devidos à CONTRATADA no prazo estipulado no contrato depois do recebimento das notas fiscais de cada etapa, já devidamente atestadas por Engenheiro responsável pela fiscalização.
- h) aplicar e cobrar as multas pela inexecução total ou parcial dos serviços ou pela inobservância de quaisquer das cláusulas deste contrato.
- i) efetuar a retenção dos impostos e encargos legais sobre as notas fiscais de cada parcela.
- l) modificar o contrato, unilateralmente, para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitados os direitos da CONTRATADA.
- m) rescindir unilateralmente o contrato, nos casos especificados no inciso I do artigo 79 da Lei nº. 8.666/93.

CLÁUSULA OITAVA – DAS PENALIDADES CABÍVEIS E DOS VALORES DAS MULTAS

8.1 – As penalidades contratuais aplicáveis são:

- a) advertência verbal ou escrita.
- b) multas.
- c) declaração de inidoneidade e,
- d) suspensão do direito de licitar e contratar de acordo com o Capítulo IV, da Lei nº. 8.666/93, de 21/06/93 e alterações posteriores.

8.2 – A advertência verbal ou escrita será aplicada independentemente de outras sanções cabíveis, quando houver descumprimento de condições contratuais ou condições técnicas estabelecidas.

8.3 – As multas e as demais penalidades previstas são as seguintes:

- a) 0,1% (um décimo por cento) sobre o valor contratual, por dia de atraso na entrega da obra.
- b) 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor contratual, por infração a quaisquer das cláusulas do contrato.
- c) 2% (dois por cento) do valor contratual, na hipótese de rescisão do contrato nos casos previstos em lei, por culpa da CONTRATADA, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal incidente e da obrigação de ressarcir das perdas e danos que der causa.
- d) suspensão temporária de participar em licitações e impedimentos de contratar com a Prefeitura Municipal de Canarana – MT, por prazo não superior a dois anos.
- e) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública Federal, Estadual ou Municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação do infrator, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- f) perda da garantia contratual, quando for o caso.



ESTADO DE MATO GROSSO

Prefeitura Municipal de Canarana

Rua Miraguaí, 228 – Fone Fax (66) 3478-1200 - CEP 78640-000
Canarana – Mato Grosso - CNPJ 15.023.922/0001-91

8.4 – De qualquer sanção imposta, a CONTRATADA poderá, no prazo máximo de cinco dias, contados da intimação do ato, oferecer recurso à CONTRATANTE, devidamente fundamentado.

8.5 – As multas previstas no item anterior são independentes e serão aplicadas cumulativamente.

8.6 – A multa definida na alínea "a" do item 8.3, será descontada de imediato dos pagamentos das parcelas devidas e a multa prevista na alínea "b" do mesmo item será descontada por ocasião do último pagamento.

8.7 – A CONTRATADA não incorrerá na multa prevista na alínea "b" acima referida, na ocorrência de caso fortuito ou de força maior, ou de responsabilidade da CONTRATANTE.

CLÁUSULA NONA – DOS CASOS DE RESCISÃO

9.1 – A CONTRATANTE poderá considerar rescindido este contrato, de pleno direito, independentemente de qualquer notificação ou aviso prévio, judicial ou extrajudicial, se:

a) a CONTRATADA não iniciar os trabalhos dentro de vinte dias contados da data do recebimento da "ORDEM DE SERVIÇO" ou interrompê-los por mais de vinte dias consecutivos, sem justificativa aceita pela CONTRATANTE.

b) a CONTRATADA, sem prévia autorização da CONTRATANTE, ceder o presente contrato, no todo ou em parte.

c) a CONTRATADA atrasar por mais de trinta dias o cumprimento dos prazos parciais previstos no Cronograma Físico e Financeiro aprovado pela CONTRATANTE.

d) a CONTRATADA não atender as exigências da CONTRATANTE relativamente a defeitos ou imperfeições das obras, dos serviços ou das instalações, ou com respeito a quaisquer dos materiais, dos equipamentos e da mão-de-obra utilizados.

e) as multas aplicadas à CONTRATADA atingirem, isolada ou cumulativamente, montante correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do contrato;

f) a CONTRATADA deixar de cumprir qualquer cláusula, condições ou obrigações previstas neste contrato ou dele decorrente;

g) ocorrer qualquer um dos motivos referidos nos Capítulos III, seção V da Lei nº. 8.666, de 21/06/93.

9.2 – A CONTRATADA reconhece os direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº. 8.666/93.

9.3 – A rescisão deste contrato de forma unilateral acarretará, sem prejuízos da exigibilidade de débitos anteriores da CONTRATADA, inclusive por multas impostas e demais cominações estabelecidas neste Instrumento, às seguintes conseqüências:

a) assunção imediata do objeto do contrato, no estado e local em que se encontrar, por ato próprio da Administração.

b) ocupação e utilização do local, instalações, equipamentos, material e pessoal empregados na execução do contrato, necessários à sua continuidade, na forma do inciso V do artigo 58 da Lei nº. 8.666/93.

c) execução da garantia contratual, para ressarcimento da Administração, e dos valores das multas e indenizações a ela devidos.

d) retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados à Administração.

9.4 - A rescisão contratual poderá ainda ocorrer nos casos e formas previstos nos artigos 78 e 79 da Lei nº. 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA VINCULAÇÃO AO EDITAL DA LICITAÇÃO

10.1 – O presente contrato está vinculado em todos os seus termos ao **Edital de Convite nº. 001/2021** e respectivos anexos, bem como à proposta de preços vencedora.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL AO CONTRATO E AOS CASOS OMISSOS

11.1 – Aplica-se a Lei nº. 8.666/93 e o Código Civil Brasileiro ao presente contrato e em especial aos seus casos omissos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA MANUTENÇÃO DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO E QUALIFICAÇÃO

12.1 – A CONTRATADA deverá manter durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

13.1 – A fiscalização de que trata este item não exclui, nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, e, na sua ocorrência, não implica co-responsabilidade da CONTRATANTE ou de seus empregados, prepostos ou contratados.



ESTADO DE MATO GROSSO
Prefeitura Municipal de Canarana

Rua Miraguá, 228 – Fone Fax (66) 3478-1200 - CEP 78640-000
Canarana – Mato Grosso - CNPJ 15.023.922/0001-91

13.2 – Todas as ORDENS DE SERVIÇOS, instruções, reclamações e, em geral, qualquer entendimento entre a fiscalização e a CONTRATADA serão feitas por escrito, nas ocasiões devidas, não sendo tomadas em consideração quaisquer alegações fundamentadas em ordens ou declarações verbais.

13.3 – A CONTRATADA obriga-se a retirar dos serviços e não readmitir os empregados, contratados ou prepostos que venham a criar embarços à fiscalização, bem como a remover quaisquer materiais ou equipamentos que não estejam de acordo com as especificações aprovadas para a execução da obra.

13.4 – Da(s) decisão (ões) da fiscalização poderá a CONTRATADA recorrer à CONTRATANTE, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, sem efeito suspensivo.

13.5 - A fiscalização da execução do Contrato será exercida pelo Sr. **DIEGO FERREIRA DA SILVA**, servidor no cargo de Assessor de Urbanismo, Portaria nº 265/2021 de 20 de Janeiro de 2021, neste ato denominado fiscal ou gestor do Contrato devidamente credenciado pela autoridade competente, ao que competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução (art. 67 Lei nº 8666/93), independentemente de qualquer outra supervisão, assessoramento e/ou acompanhamento do objeto que venha a ser determinado pela **CONTRATANTE** à seu exclusivo juízo.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1 – A CONTRATANTE só admitirá quaisquer alterações de projetos ou especificações se houve motivo justificado e fundamentado com a necessária antecedência.

14.2 – A CONTRATADA somente poderá subempreitar parte do objeto contratado com prévia concordância da CONTRATANTE, ficando, neste caso, solidariamente responsável perante a CONTRATANTE pelas obras, serviços ou instalações executados pela subempreiteira e, ainda, pelas conseqüências dos fatos e atos a ela imputáveis.

14.3 – As prorrogações de prazo de execução de etapas da obra serão processadas nos termos do artigo 57 da Lei nº. 8.666/93.

14.4 – As alterações contratuais obedecerão aos dispositivos constantes do artigo 65 da Lei acima referida.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO FORO

15.1 – Fica eleito o Foro da Comarca do Município de Canarana – MT, com recusa expressa de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

15.2 – E por estarem justos e contratados, CONTRATANTE E CONTRATADA, mutuamente assinam o presente instrumento contratual, em três vias de igual valor e teor e para todos os efeitos legais, na presença de duas testemunhas idôneas e civilmente capazes.

Canarana – MT, 03 de Fevereiro de 2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA
FÁBIO MARCOS PEREIRA DE FARIA
PREFEITO MUNICIPAL
CONTRATANTE

INTERIOR CONSTRUTORA EIRELI
CLAUDIO FONSECA DE BRITO
Procurador
CONTRATADA

DIEGO FERREIRA DA SILVA
Portaria nº 265/2021 de 20 de Janeiro de 2021
FISCAL DO CONTRATO

TESTEMUNHAS:

01: _____
Nome>
Cpf

02: _____
Nome>
cpf